



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE LETRAMENTO E TRABALHO
OPERACIONAL EM UMA EMPRESA CALÇADISTA DE CAMPINA GRANDE**

JOANA D´ARC PEREIRA

**CAMPINA GRANDE
Novembro- 2011**

JOANA D´ARC PEREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE LETRAMENTO E TRABALHO
OPERACIONAL EM UMA EMPRESA CALÇADISTA DE CAMPINA GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção de título de licenciatura plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Francisca Pereira Salvino.

Campina Grande
Novembro– 2011

P436r

Pereira, Joana D'arc.

A relação entre níveis de letramento e trabalho operacional em uma empresa calçadista de Campina Grande [manuscrito]. / Joana D'arc Pereira.– 2011.

23f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Francisca Pereira Salvino, Departamento de Educação”.

1. Letramento. 2. Leitura. 3. Operário - Empresa . I.
Título.

21. CDD 372.4

JOANA D'ARC PEREIRA

A RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE LETRAMENTO E TRABALHO
OPERACIONAL EM UMA EMPRESA CALÇADISTA DECAMPINA GRANDE

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 29 / 11 /2011.

Francisca Pereira Salvino

Francisca Pereira Salvino – Prof.^a Mestre – UEPB
Orientadora

Elisabete Carlos do Vale

Elisabete Carlos do Vale – Prof.^a Mestre - UEPB
Examinadora

Cristina Sales Cruz

Cristina Sales Cruz – Prof.^a Mestre -UEPB
Examinadora

Campina Grande/PB
Novembro - 2011

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a relação entre níveis de letramento e o trabalho de operários em uma empresa calçadista de Campina Grande/PB, através do estudo de caso. A pesquisa foi motivada pela constatação de que a indústria calçadista é um ramo que tem sido afetado pelo processo de reestruturação produtiva, sendo um setor que tem sido contemplado por poucos estudos acadêmicos. Trata-se de um setor importante do ponto de vista da geração de emprego e renda, mas que tem se deparado com sérios problemas relacionados à formação de mão-de-obra, posto que a maioria dos trabalhadores de setores operacionais pouco frequentou a escola formal e, mesmo quando apresentam melhores níveis de escolarização apresentam pouca capacidade de leitura, de interpretação e de realização das atividades básicas para os setores nos quais estão empregados. A maioria dos operários afirma ter deixado de estudar cedo devido à necessidade de trabalhar desde a infância ou adolescência. Isto revela que os mesmos foram evadidos/expulsos/excluídos da escola.

Palavras-chave: Empresa. Letramento. Operários.

RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE LETRAMENTO E TRABALHO OPERACIONAL EM UMA EMPRESA CALÇADISTA DE CAMPINA GRANDE

Introdução

As constantes evoluções sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas têm provocado sucessivas mudanças na sociedade, interferindo na forma de pensar e agir das pessoas, o que valoriza cada vez mais a educação na nova sociedade do conhecimento e da informação. A presente pesquisa surgiu da intenção de analisar o nível de letramento apresentado por trabalhadores da indústria de calçados, fazendo uma relação com o grau de instrução que possuem e as dificuldades que surgem no local de trabalho relacionadas às habilidades de leitura e escrita. A preocupação foi se configurando a partir dos relatos e reclamações de operários, bem como de gerentes e outros funcionários que lidam com tais operários cotidianamente.

O presente estudo é caracterizado como um estudo de natureza descritiva e analítica, conforme as características do estudo de caso, uma vez que o objetivo principal é descrever as principais características do sistema objeto de estudo e analisá-lo.

A principal preocupação neste trabalho foi com a identificação da concepção de trabalho e letramento, bem como das percepções e relatos da gerente/proprietária da empresa, do técnico em segurança do trabalho e dos próprios operários revelam em seus discursos. O critério utilizado para a escolha da empresa foi o fato de que ela é de porte pequeno, mas tem bastantes funcionários e lidera no mercado calçadista de Campina grande/PB. De um modo geral a pequena empresa tem papel fundamental na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da cidade e da região. Este aspecto associado a melhores níveis de escolarização favorecem para um desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos, bem como para a garantia de sua cidadania e participação democrática na sociedade.

Educação e o mundo do trabalho

Frigotto (1984) fala-nos que as relações entre educação e mundo do trabalho são hoje bastante complexas. Segundo o autor, é pelo trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida, mas não fazem isso apenas de forma repetitiva. Ao transformar a natureza, homens e mulheres acumulam conhecimentos que, simultaneamente, mudam sua forma de produzir os meios de sua própria vida e sua relação com a natureza. Para ele a educação praticamente coincide com a própria existência humana, pois suas origens se confundem com as origens do próprio homem. Por isto, podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

Brunel (2004) também postula que existe uma estreita ligação entre educação (escola) e trabalho, isto é, considera-se que a educação potencializa trabalho. Essa perspectiva está presente também nos críticos da "teoria do capital humano", uma vez que consideram que a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão-de-obra (força de trabalho). Entre as duas posições acima indicadas, os educadores têm oscilado ao considerar a educação apenas em termos de formação geral, com ou sem referências à formação vocacional e profissional, ou propondo um sistema dualista com a formação geral desvinculada da formação profissional ou, ainda, concebendo uma escola única que pretenderia articular educação geral e formação profissional. Portanto, permanece a discussão acerca das funções da educação e da escola, qual seja: formação geral ou formação para o trabalho.

Oliveira (1991) diz que a escola está como agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, que correspondem à vida nas cidades. A isto também está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Isto significa formar para a vida na cidade, para ser sujeito de direitos e deveres na vida da sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria. Nesse sentido, podemos questionar: que modelo escolar emerge como forma dominante de educação na sociedade atual? A educação, entendida como troca e diálogo entre e intergerações, garante que homens e mulheres

retransmitam esses conhecimentos uns aos outros. Com a constituição da escola, espaço destinado à transmissão de saberes, ficam estabelecidas possibilidades de vinculação entre a educação escolar e mundo do trabalho. Percebe-se que ao longo de sua história, a escola tem assumido diferentes papéis, em relação ao mundo do trabalho, desde ser uma simples fornecedora de mão-de-obra adestrada a se tornar um espaço destinado à educação integral, ou, ainda, atendendo à montagem de um sistema dual de formação. Considerar a trajetória do trabalho ao longo da história pode ajudar a compreender as diferentes concepções da relação assim estabelecida, a valorização ou rejeição do trabalho como componente central do processo educativo.

Segundo Gorz, (2003) na antiga Grécia, o trabalho e as profissões eram parte das tarefas dos escravos, pois o trabalho necessário às necessidades vitais era, na Antiguidade, uma ocupação servil, que excluía da cidadania (isto é, da participação na Cidade) aquelas e aqueles que o realizavam. Mesmo na Idade Média e, ainda depois, até o século XVIII, “o termo trabalho (labour, Arbeit, lavoro) designava a labuta dos servos e dos trabalhadores por jornada, produtores dos bens de consumo ou dos serviços necessários à sobrevivência que, dia após dia, exigem ser renovados e repostos”.

Parte constitutiva do processo em que tem início o capitalismo são as chamadas Revoluções Industriais e as mudanças tecnológicas que alteram radicalmente a forma e a produtividade do trabalho. Assim, a primeira, no final do século XVIII, na Inglaterra, com o tear mecânico e a máquina a vapor revolucionou a indústria têxtil, com a introdução da fábrica e do trabalho assalariado e com as disputas em torno do papel da instrução pública que começa a se afirmar, vista por alguns como forma de disciplinar o homem comum, convertendo-o ao trabalho assalariado. Já no início do século XX, a segunda Revolução Industrial ocorre nos Estados Unidos, com a eletromecânica e o motor a explosão que generalizam a produção em série, introduzindo a linha de montagem e a separação da gerência da execução, mas trazendo consigo, em contrapartida, a possibilidade de fortalecimento da organização dos trabalhadores pelo movimento sindical e do pleno emprego, como conquista dos chamados direitos trabalhistas.

No Brasil, na década de 40 ocorre o início do SENAI, local público de qualificação profissional, sob a ótica e gerenciamento empresarial. Por fim, e ainda em curso nos países menos desenvolvidos como o Brasil, a terceira Revolução Industrial, ocorre a partir do Japão e nos últimos anos do século XX, introduzindo a informática, os sistemas integrados de produção computadorizada e as telecomunicações. E as

mudanças trazem a produção flexível, a automação e a desterritorialização da produção, causando a precarização do trabalho assalariado pelo descompasso entre o aumento da produtividade do trabalho e o consumo. Se todas as Revoluções Industriais causaram desemprego tecnológico, o impacto desta, ainda em curso, é incomparavelmente maior.

Na busca de sempre adequar a sua ação formativa aos novos perfis demandados pelo mercado de trabalho, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vem desenvolvendo Projetos Estratégicos Nacionais, tais como: Formação Profissional e Competências. O primeiro tem o objetivo de preparar o corpo docente e técnico da entidade para a elaboração de currículos e a adaptação da prática pedagógica voltada para o desenvolvimento de competências no aluno. O segundo visa possibilitar a qualquer trabalhador obter a certificação em sua área profissional, por meio da comprovação de seus conhecimentos e habilidades. A profissionalização pela escola é vista como caminho ao emprego, em especial, para as populações trabalhadoras.

Relacionado a esses contextos, o desenvolvimento da alfabetização no Brasil acompanha a história da educação como um todo e teve início com o trabalho de catequização e ensino das primeiras letras, realizado pelos jesuítas, durante no período do Brasil colônia. Ao longo do tempo, com avanço econômico e tecnológico passou a exigir mão-de-obra cada vez mais qualificada e alfabetizada, com isso, várias medidas políticas e pedagógicas foram sendo adotadas, tais como: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), o Movimento MOBREAL, o Ensino Supletivo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outros.

A EJA é a modalidade de ensino que mais tem atendido às pessoas que deixaram de estudar nas idades consideradas adequadas à escolarização. É amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Seus frequentadores são pessoas que têm cultura própria e dificuldades diferenciadas das crianças, por isto, o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno à escola através da EJA. O professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno, o que tem sido muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir.

Segundo Freire (2002, p. 58), “a relação professor-aluno deve ser um ato de conhecimento e o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo”. Aquela em que os sujeitos do ato de

conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo da ação pedagógica, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não são, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

A EJA é um projeto educativo, portanto, cultural que pode e deve se comprometer com o processo de busca de desenvolvimento, pois, como advertiu Freire (2002), se a educação não pode sozinha transformar a vida, a transformação da vida não se fará sem ela. Além do mais, é fato notório que as razões de sobrevivência são uma das causas principais da evasão dos alunos de EJA de sala de aula. Propõe-se, então, que educadores e alunos de EJA mergulhem suas atividades num processo voltado ao mundo do trabalho e às modificações das condições de vida necessárias ao desenvolvimento, que deve ser levado a toda a comunidade na qual se insere a escola.

Sobre o trabalho, Saviani (1996, p.151) ressalta que a relação entre trabalho e educação ficou mais próxima a partir da década de sessenta, devido ao surgimento da teoria do capital humano, fazendo com que a educação tivesse grande importância para o desenvolvimento econômico, porque ela potencializa o trabalho, qualificando a mão-de-obra. Nestas circunstâncias, os educadores ficavam divididos em relação a qual tipo de escola que iriam defender. As dúvidas eram sobre uma educação apenas com a formação geral com ou sem a formação vocacional e profissional, ou uma escola dualista, tendo apenas o ensino geral sem a formação profissional, ou ainda, sobre uma escola única, juntando as duas formações.

Para entender melhor o que significa trabalho, Saviani (1996, p. 152) o definiu como “o ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas”. A partir dessa definição, é possível perceber o trabalho como essência humana. O autor demonstra que para o homem continuar existindo, ele necessita produzir sua própria existência pelo seu trabalho, fazendo com que sua vida seja determinada pelo modo que sua existência é produzida. No modo de produção comunal, o qual é chamado de comunismo primitivo, as pessoas se educavam ao mesmo tempo em que trabalhavam umas com as outras, cultivando a terra, ligando dessa forma educação e trabalho. Quando essas pessoas passaram a dominar a terra, surge o excedente e a propriedade privada, dividindo as pessoas em classes. Passa a haver pessoas donas dos meios de produção e outras para venderem a sua força de trabalho, passando a existir um grupo que precisava trabalhar para se manter e sustentar o outro grupo, o que não precisava

trabalhar porque tinha pessoas as quais trabalhavam no seu lugar, assim, surgiu uma classe ociosa e diferenciada. Neste contexto, surge a escola, para que essas pessoas, pertencentes à classe ociosa e dominante pudesse frequentar e desenvolver atividades consideradas nobres e dignas, aprendendo atitudes corteses e atividades guerreiras. Enquanto isto, a grande maioria da população continuava se educando pelo trabalho, no próprio processo de produzir a sua existência e a existência de seus senhores.

Mais recentemente, Saviani (1996) diz que a escola tem sido, ao mesmo tempo, desvalorizada e hipertrofiada, e também ampliada e esvaziada, porque a partir do momento em que a humanidade é dividida em classes, surge a escola, com essa divisão, colocando as pessoas em posições antagônicas, com uma classe que explora, e outra que é explorada. Mas a escola que é defendida pela sociedade burguesa, aquela universal, gratuita, obrigatória, laica e para todos, acaba sendo contraditória, porque era destinada às elites, tendo a base de sua formação o trabalho intelectual. Já a escola destinada às massas, apenas se limitam à escolaridade básica, com o objetivo de promover as habilidades para a formação profissional.

Currículo nas séries iniciais e letramento

Moreira & Silva (2002, p. 40) afirmam que “em uma sociedade dividida como a nossa, a cultura é por excelência o terreno onde ocorre a luta pela manutenção ou superação das divisões sociais”. Nesse sentido, o currículo educacional, por sua vez, torna-se um espaço privilegiado da manifestação desse conflito, que não deve ser visto, , como o local da transmissão de uma cultura unitária. Para os autores, em um dado momento da evolução cultural da humanidade, marcado pela invenção de sistemas simbólicos registrados, foi necessário introduzir novas formas de atividade humana para garantir a transmissão das novas formas de saberes que estavam sendo criadas. Percebeu-se a necessidade de criar um espaço e um tempo separado da vida cotidiana para que as gerações se encontrassem com este objetivo. Pode-se dizer que ambas, escrita e a escola, são criações recentes da humanidade, principalmente se considerarmos que a fala surgiu há cerca de 200 mil anos e que os primeiros registros de imagens em suportes como parede das cavernas datam de 25 mil anos no continente europeu. Antes disto, há 32 mil anos, na África surgiram registros, hoje chamados de protolinguagem. Segundo Moreira & Silva (2002, p.35)

Vislumbram-se, portanto, a profunda relação entre currículo e identidades sociais e individuais que tem conduzido educadores a formular projetos educacionais que contemplem as parcelas sociais e suas características para não reforçar ainda mais as desigualdades tão frequentes na estrutura social a fim de que os currículos se tornem mais culturais e menos escolares. Este é um processo contínuo de análise e de reformulação.

Um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. Por exemplo, no caso brasileiro, é clara a exclusão do acesso a bens culturais mais básicos como literatura, livros técnicos, atualização científica, conhecimentos teóricos e produção artístico-cultural. Além disso, existe a exclusão do acesso aos equipamentos tais como o computador, aos instrumentos e materiais das artes. A instituição escolar foi constituída na história da humanidade como o espaço de socialização do conhecimento formal historicamente construído. O processo de educação formal possibilita novas formas de pensamento e de comportamento. Por meio das artes e das ciências o ser humano transforma sua vida e de seus descendentes. Nesse sentido, a escola é um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências cotidianas da criança e trazer conhecimentos e metodologias novas às áreas de conhecimento contemporâneas. Para Moreira & Silva (2002), o currículo se torna, assim, um instrumento de formação humana.

Se acreditarmos na construção do conhecimento, acreditamos que nossos alunos trazem para a vida escolar suas experiências pessoais, profissionais, e de relações sociais construídas em suas vidas. Devemos admirar, de antemão, a capacidade de lidar com a vida que nossos alunos têm, pois no universo letrado, tecnológico e competitivo em que vivemos, conseguir se manter, apesar de todo o processo de exclusão vivido, sem ter domínio de leitura e escrita, significa que muitos outros conhecimentos e capacidades foram colocados em jogo para dar respostas à vida. Como educadores, temos que ter ciência de que esses conhecimentos, experiências e fazeres devem compor nossa ação pedagógica. A partir desses elementos e com eles, devemos estabelecer nossa prática, não para substituí-los, mas para ampliá-los, na perspectiva de que o acesso aos diferentes conhecimentos possa expandir as possibilidades de atuação no mundo, seja em termos profissionais, pessoais ou no conjunto das relações humanas.

No nosso cotidiano, muitas vezes, não temos paciência com aquela pessoa que demora no caixa eletrônico, criticamos um bilhete mal escrito, ou nos incomodamos com uma pessoa que em uma fila está perdida por não ter entendido as placas de

orientação. Não nos damos conta que esta é a situação de boa parte da população. Geralmente é essa população que vem ou retorna à escola, em busca, invariavelmente, de melhoria em sua vida profissional e pessoal. Às vezes, mais que os conhecimentos que pode adquirir o importante, o que lhe valida enquanto pessoa apta a concorrer no mercado de trabalho, é o certificado escolar.

Nesses cenários, o analfabetismo funcional constitui um problema silencioso e perverso que afeta as populações de muitos países, o desenvolvimento pessoal, bem como o funcionamento dos sistemas produtivos e das empresas. Na maioria das vezes, não se trata de pessoas que nunca foram à escola e que, por isto, não conseguem compreender textos ou localizar informações nos mesmos. Trata-se de pessoas que estudaram alguns anos, mas não conseguem ler e escrever adequadamente. Para os analfabetos funcionais, tarefas simples como operar um computador pode provocar calafrios; os manuais de procedimentos tendem a ser ignorados. Geralmente, elas preferem ouvir explicações orais dos colegas, fingem entender tudo, para depois sair perguntando aos outros, o que e como deve ser realizado tal serviço. Quase sempre agem por tentativa e erro.

Com esse comportamento, na empresa, perde-se matéria-prima porque algum funcionário, em determinada etapa do processo, não leu ou não soube interpretar corretamente as instruções de transporte ou estocagem. Perde-se tempo e capitais preciosos decorrentes de quebra de equipamento, reposição de peças danificadas, dificuldades de adaptação a novos processos, além do baixo índice de aproveitamento nos cursos de capacitação. Em outros ramos de atividade econômica também são inúmeras as perdas provocadas pelo baixo nível de leitura dos empregados. Os erros podem ocorrer desde um engano no troco à contagem incorreta do estoque, o comércio, a agricultura. O setor de serviços também registra perdas significativas em função do analfabetismo funcional.

Moreira (2008), professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) é autor do livro *Analfabetismo Funcional: o Mal Nosso de Cada Dia*. Ele vem estudando há anos como os problemas supracitados afetam o crescimento das empresas, especialmente num país em que grande parte da população está em níveis sofríveis de alfabetismo. Com larga experiência como consultor de empresas e do governo, Moreira, (2008) enfatiza que o teste de analfabetismo funcional deveria fazer parte dos critérios de seleção nas empresas. Ele adverte que estão jogando dinheiro fora com cursos que não são

compreendidos pelos funcionários, os quais deveriam, antes de tudo, melhorar suas habilidades básicas de ler e escrever. Além de o próprio funcionário ser o principal prejudicado, a empresa sofre por conta de vários fatores: retrabalho, acidentes, aumento do custo de manutenção das máquinas, perda de matéria-prima, expedição errada, tudo o que pode ocorrer pela falta de compreensão de instruções escritas e, muitas vezes, orais, pois quem tem dificuldade com a linguagem escrita costuma ter dificuldades com a comunicação oral.

Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera decodificação, isto é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas. Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto. Entretanto, isto vem mudando.

Soares (1998) diz que hoje vivemos em uma cultura escrita, na qual a cidadania vem por escrito. Desde a lógica adotada pelo espaço urbano, passando pelas formas como as pessoas se relacionam no espaço público, a cultura, os princípios, as interdições morais, a organização das leis e da produção econômica, tudo faz parte da sociedade de cultura escrita. Vivemos em um mundo grafocêntrico, ou seja, centrado na grafia, na palavra escrita. Para tomar parte plena desse mundo regido por essa norma é preciso adquirir a tecnologia para decifrar as mensagens espalhadas por todos os lugares. A essa tecnologia se dá o nome de alfabetização.

Um dos avanços consideráveis, atualmente, é talvez o uso da denominação letramento, (que muitos teóricos postularam erroneamente ser sinônimo de alfabetização) em suas diferentes concepções. Com a mesma preocupação em diferenciar as práticas escolares de ensino da língua e a dimensão social das várias manifestações escritas em cada comunidade, Kleiman (1995, p. 19), apoiada nos estudos de Scribner e Cole, define o letramento como

Um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizada ou não alfabetizada, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita.

Mais do que expor a oposição entre os conceitos de alfabetização e letramento, Soares valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita. Nesse sentido, Soares (2003, p. 91) afirma que a

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos.

Ao permitir que o sujeito interprete, divirta-se, seduza, sistematize confronto, induza, documente, informe, oriente-se, reivindique e garanta a sua memória, o efetivo uso da escrita garante-lhe uma condição diferenciada na sua relação com o mundo, um estado não necessariamente conquistado por aquele que apenas domina o código (Soares, 1998). Por isso, aprender a ler e a escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las (ou de associá-las), mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto cultural. Alguns autores consideram que para ser letrado ou estar em processo inicial de letramento, precisa ser no mínimo alfabetizado, ou seja, ter adquirido a tecnologia da leitura e da escrita, equivale a afirmar, também, que pessoas que não adquiriram a tecnologia da leitura e da escrita, portanto, pessoas “analfabetas”, pois não “sabem” codificar/decodificar letras e palavras, são consideradas iletradas. Essa questão é muito polêmica, uma vez que existem teóricos que afirmam que, em uma sociedade moderna, marcada pelo avanço científico e tecnológico, onde a escrita está presente em todo o contexto social do indivíduo, é impossível afirmar que existem pessoas iletradas (Soares 1998). É preciso lembrar, como afirma Freire (1996), que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares.

A empresa campo da pesquisa

A investigação foi realizada em uma empresa calçadista localizada em Campina Grande, que está no mercado a quinze anos. Participa de vários eventos do setor calçadista realizados em todo Brasil, exporta para o Canadá e Porto Rico, e possui uma rede de franquias em todo Nordeste. Por ser uma micro empresa não tem um setor para recrutar novos funcionários, de modo que as seleções são realizadas apenas através de entrevistas. Muitas vezes abrem vagas, mas não aparecem candidatos com qualificação. Seu quadro atual de funcionários é o seguinte:

Quadro 1: Quadro de funcionários da empresa

SETOR	Nº FUNCIONÁRIOS	NIVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Almoxarifado	2	2º grau	2	
Corte	4	1º grau	3	1
Costura	20	Fundamental incompleto /1º grau incompleto	10	5
Palmita	2	fundamental	2	
Montagem	3	Fundamental/ 1º grau incompleto	3	
Preparador de solados	3	Fundamental incompleto	3	
Solamento	1	1º grau incompleto	1	
Acabamento	2	Fundamental/ 1º grau completo		2
Expedição	1	fundamental	1	
Administração	5	2º grau completo/ superior completo		5

Fonte: Documentos da empresa.

Diretora/gestora da empresa

A gestora/proprietária da empresa está no mercado calçadista há dezoito anos. Segundo seu depoimento, ela sempre busca novas tendências para a empresa, planeja novos modelos, participa de eventos em todo Brasil para atualiza-la. Ela afirma que não tem muito tempo para resolver todos os problemas da empresa e, por isto, busca sempre

parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para contratação de novos funcionários, como também para treinamento dos mesmos. A gestora também ressalta que é difícil aparecer novos funcionários com escolaridade completa, quando aparece não tem experiência. Para ela seria muito bom se todos os funcionários tivessem melhor nível de escolaridade. Ela relata que o empregador brasileiro foi preparado para um mundo em que havia excesso de mão de obra. Agora não, tem que correr atrás. As empresas têm de investir na formação dos seus trabalhadores. Não adianta achar que vai encontrar a pessoa pronta na idade certa, já com experiência. Para ela pessoas com idade acima de 40 anos, já está velha; para o mercado de trabalho os mais jovens são novos demais e não têm experiência prévia. Portanto, não há operário ideal, é necessário pegar o trabalhador e continuar treinando.

O depoimento da empresária revela uma nova tendência dos mercados que é a escassez de mão-de-obra qualificada. Em décadas passadas eram comuns os “exércitos de reserva” para quase todas as funções, atualmente as empresas precisam empenhar-se para preservar operários de certas especialidades e certos níveis. Segundo Britto (2003) vivemos um momento da história da mais alta tecnologia, temos a vida registrada, a cidade desenhada no papel, a memória eletrônica, a mídia digital, entre outros. Mas não se pode falar em desenvolvimento científico e tecnológico, da organização do espaço e da gestão pública e princípios de cidadania, sem falar da leitura e da escrita.

Funcionários

Foram entrevistados 11 funcionários com idade entre 30 e 60 anos de idade, sendo 10 operários e 1 técnico em segurança do trabalho. Os operários apresentam baixa escolaridade, na qual sobrepõem os aspectos sócio-econômicos, pois, em grande parte, foram ou são as condições adversas que os impedem de estudar ou que os compelem a abandoná-la. Como resultados, os graus de carência escolar variam, indo desde a completa falta de alfabetização, passando pelo estágio de alguma escolaridade, predominando o analfabetismo funcional, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Idade de formação dos operários

OPERÁRIOS	IDADES	ESCOLARIDADE	MOTIVOS PELOS QUAIS PAROU DE ESTUDAR
1	39	Segundo grau completo	Não tem mais tempo por causa dos filhos
2	40	Ensino fundamental incompleto	Parou de estudar, para trabalhar e ajudar a família no sustento de casa.
3	35	Ensino fundamental incompleto	Parou de estudar, para trabalhar e ajudar a família no sustento de casa.
4	60	Ensino fundamental incompleto	Parou de estudar, para trabalhar e ajudar a família no sustento de casa.
5	32	Segundo grau incompleto	Parou de estudar, para cuidar dos filhos.
6	30	Segundo grau incompleto	Parou de estudar, para trabalhar.
7	56	Ensino fundamental incompleto	Parou de estudar, para trabalhar e ajudar a família no sustento de casa.
8	51	Ensino fundamental incompleto	Não quis mais estudar.
9	33	Segundo grau incompleto	Parou de estudar, para trabalhar.
10	40	Ensino fundamental incompleto	Parou de estudar, para trabalhar e ajudar em casa.

Fonte: registro pessoal das entrevistas.

Nas sociedades atuais, saber e poder ler e escrever é uma condição tão básica de participação na vida econômica, cultural e política que a escola se tornou um direito fundamental do ser humano, assim como saúde, moradia e emprego. Os baixos níveis de escolarização acarretam outro problema que é o da baixa autoestima dos alunos, que enfrentam os desafios de uma sociedade competitiva e excludente, que os fazem desacreditar no seu valor, da sua capacidade de aprender e de produzir. A grande parte dos que trabalham possuem uma jornada excessiva, nem sempre estimulante.

Para tomar parte plena desse mundo grafocêntrico regido por essa norma escrita é preciso adquirir a tecnologia para decifrar as mensagens espalhadas por todos os lugares. A essa tecnologia se dá o nome de alfabetização e sem ela tudo fica mais difícil.

Santos (2003) considera que diversos são os fatores que interferem no cenário escolar em forma de repetência e “evasão”, uma vez que ainda não há compreensão de que a função da escola não é somente ensinar ler e escrever. Santos (2003) ainda apresenta fatores que causam evasão, tais como: a distância da escola; o cansaço do alfabetizando que trabalha o dia inteiro; a inadequação da sala de aula para jovens e adultos/idosos, que muitas vezes não tem iluminação adequada; a ausência de um lanche a ser distribuído ao aluno que vem direto do trabalho para a escola; o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da educação voltada a jovens e adultos, pois, muitas vezes o professor não valoriza a experiência de vida que este aluno já traz consigo, como trabalhador, como adulto inserido num processo de produção.

Relacionando as respostas dos operários, vimos duas das maiores preocupações do nosso país, tanto da sociedade quanto do governo, que são o nível de escolaridade da população brasileira e o índice de capacidade de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho. O mercado de trabalho dispõe de vagas, mas a mão-de-obra requerida exige qualificação e escolarização em níveis mais elevados do que os encontrados comumente no Brasil, haja vista que a escolarização média do brasileiro ainda é de 5 anos. De acordo com o Ministério de Educação (MEC) grande maioria dos estudiosos do assunto afirma que um fator está diretamente ligado ao outro, ou seja, que o nível de empregabilidade aumenta diante do crescimento do grau de escolaridade obtido, e, por outro lado, que a produtividade das empresas é maior de acordo com o aumento de conhecimento de seus funcionários. Entretanto, o que se constata na empresa pesquisada é um quadro de formação inadequado para o exercício das funções, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3: O exercício das funções e a formação profissional.

OPERÁRIOS	FUNÇÃO QUE EXERCE NA EMPRESA	TEMPO DE EXERCÍCIO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	CONSIDERA A FORMAÇÃO SUFICIENTE
1	Acabamenteira	5 anos	não	não
2	Acabamenteira	4 anos	não	não
3	preparador de calçados	3 anos	Sim. SENAI	não
4	Montador	18anos	não	não
5	preparador de calçados	3 anos	não	não
6	auxiliar de costura	2 anos	Sim, SENAI	não
7	Costureiro	8 anos	não	não
8	preparador de calçados	4 anos	não	não
9	auxiliar de costura	2 anos	não	não
10	auxiliar de produção	1 ano	não	não

Fonte: registro pessoal das entrevistas.

O que se constata é uma baixa escolarização da mão-de-obra operária, muito distante do que está sendo proposto pelo MEC com relação a formação profissional. Segundo o MEC (BRASIL, 2010), num país como o Brasil, que apresenta diversidades físicas, socioculturais e econômicas marcantes, o modelo educacional adotado para a profissionalização tem que ser flexível. O objetivo do MEC é criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e facilitem seu acesso ao mercado, bem como

atendam, também, os profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, no entanto, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como certificados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à Educação Básica, como jovem, ou já depois de adultas, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos. A educação de adultos é uma necessidade, tanto na comunidade como nos locais de trabalho. À medida que a sociedade se desenvolve novas possibilidades de crescimento profissional surgem, mas, por outro lado, exigem maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades.

O acesso à educação profissional é possível ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, assim como ao trabalhador em geral, contudo, têm-se questionado a capacidade da escola de atendimento a essa clientela, bem como a qualidade da educação regular. É importante, ainda, pensar as possibilidades de formação através da educação profissional que a legislação em vigor no Brasil classifica em três níveis:

Básico: modalidade de educação não formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, independentemente da escolaridade prévia, conhecimentos que lhe permitam a qualificação, requalificação e atualização para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno.

Técnico: destinado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos.

Tecnológico: destinado à formação superior, tanto de graduação como de pós-graduação, de jovens e adultos.

A formação profissional não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. A nova política estabelece a educação continuada, ou seja, permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos. Saviani (1996) diz que a escola que é defendida pela sociedade capitalista, aquela universal, gratuita, obrigatória, leiga e para todos, acaba sendo contraditória, porque era destinado às elites, tendo a base de sua formação o trabalho intelectual. Já a escola destinada às massas, apenas se limita à escolaridade básica, com o objetivo de

promover as habilidades para a formação profissional. Entretanto, aos operários participantes desta pesquisada, nem mesmo essa Educação Básica tem sido garantida, o que ocasiona dificuldade, inclusive relacionada a segurança dos próprios operários, como relata o técnico de segurança do trabalho, contratado pela empresa em cumprimento às exigências do Ministério do Trabalho. O técnico de segurança do trabalho da empresa relata que a responsabilidade pela saúde e pela segurança dos trabalhadores é algo fundamental para o bom desempenho de uma empresa e uma das básicas responsabilidades do empresário, sendo fácil entender que boas condições de trabalho são benéficas para todos e para tornar o ambiente de trabalho saudável, e construtor de processos produtivos e ambientes seguros, o que deve ser uma meta-base.

A Segurança do Trabalho faz com que a empresa se organize, aumentando a produtividade e a qualidade dos produtos, melhorando as relações humanas no trabalho. Com o técnico de segurança, a empresa planeja e executa programas de educação sanitária, divulgando conhecimentos e estimulando a aquisição de hábitos saudáveis, para prevenir doenças profissionais, manter cadastros atualizados, a fim de preparar informes para subsídios processuais nos pedidos de indenização e orientar em problemas de prevenção de doenças profissionais. Em relação ao letramento o técnico de segurança fala que o letramento é essencial para descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, vem como para entender quem a gente é e descobrir quem podemos ser, pois sem a mesma fica difícil passar todo seu trabalho, que sempre está colocando cartazes no quadro de informações e dando palestras para melhor entendimento sobre segurança no trabalho.

Considerações finais

Vieira (2004), mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, diz que especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA. A prioridade concedida aos programas recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização, nem as intensões políticas. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento

social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não resolve os problemas relacionados ao desemprego, à má distribuição de renda e à saúde do trabalhador.

Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia e da economia tem feito com que as pessoas sintam necessidade de retornar à sala de aula para aprimorar seus conhecimentos ou conseguir um diploma atestando uma escolarização mais elevada. Os operários sentem que sua escolarização foi muito pouca e que isso dificulta a execução do seu trabalho, contudo, afirmam não pretenderem mais voltar a estudar.

Essa questão apresenta-se como agravante, posto que vivemos um momento da história da mais alta tecnologia, na qual temos a vida registrada, a memória eletrônica, as mídias digitais, entre outros elementos grafocêntricos. Portanto, não se pode falar em desenvolvimento científico e tecnológico, da organização do espaço e da gestão pública nem em princípios de cidadania, sem falar da escrita. Saber e poder ler e escrever é uma condição tão básica de participação na vida econômica, cultural e política que a escola se tornou um direito fundamental do ser humano, assim como a saúde, moradia e emprego.

Cabe-nos perguntar que tipo de escolarização tiveram estes funcionários que não foi suficiente garantir uma aprendizagem adequada? Qual a responsabilidade do Estado, da empresa e dos próprios funcionários frente a esse quadro alarmante? O que é preciso realizar para modificar tal situação? Embora não tenhamos as respostas, podemos afirmar que um currículo que se pretende democrático deve visar à humanização de todos e ser desenhado a partir do que não está acessível às pessoas. Muitas vezes, os trabalhadores se deparam diante da escolha: trabalho/família ou educação. Os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando o jovem e/ou adulto deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir.

Nas escolas encontram a falta de professores e de material didático; profissionais despreparados. Os alunos abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

O Analfabetismo Funcional constitui um problema silencioso e perverso que afeta às populações de muitos países como o Brasil, bem como seus desenvolvimentos profissionais e pessoais. Afeta também o funcionamento dos sistemas produtivos e das empresas.

Mas como mudar essa situação? Sem dúvida nenhuma que a educação é o melhor caminho para uma qualificação de com melhor nível. Essa é a questão: qualidade e não quantidade. Infelizmente, hoje vemos que o Brasil optou pela quantidade de alunos nas salas de aula a qualquer custo, sem a devida preocupação com a qualidade. O resultado é a enorme quantidade de analfabetos funcionais com diploma.

Não é com leis, iguais a que aumentou para 9 anos o Ensino Fundamental que a qualidade do ensino irá melhorar. Também não é ampliando o horário escolar que teremos o problema resolvido. Se os alunos não forem incentivados à leitura, a atividades que desenvolvam a inteligência, o pensamento lógico e a capacidade de relacionar temas diferentes, nenhum esforço do governo será válido. Também não devemos nos esquecer dos professores. Melhoria nos cursos de formação dos docentes, remuneração adequada, capacitação continuada, etc. O investimento na qualidade da educação é a única forma capaz de reverter esse quadro educacional brasileiro tão precário e problemático.

Bibliografia

BRITO L. P. L. Apresentação dos anais do Cole. In: **Congresso de Leitura do Brasil**, 14., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp/Associação de Leitura do Brasil, 2003.p.7. CD-ROM.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho**: Crítica da Razão Econômica. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Pioneira, 1999.

OLIVEIRA, M.G.L. **Escolaridade e processo de trabalho**: o impacto das inovações tecnológicas na qualificação do trabalhador da indústria mecânica. São Paulo, 1991. Tese (doutor.) - PUC-SP.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. In: **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Org. Ferretti, C. J. et al., Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: **aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 2004.